

INSTITUTO FEDERAL TECNOLOGIA DE ALAGOAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
POLO MACEIÓ

GABRYELLE DANTAS CAVALCANTE DE BARROS

DIFERENTES RECURSOS DIDÁTICOS APLICADOS NA ALFABETIZAÇÃO DE
ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL I

Maceió-AL
2019

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS,
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PÓLO MACEIÓ

GABRYELLE DANTAS CAVALCANTE DE BARROS

DIFERENTES RECURSOS DIDÁTICOS APLICADOS NA ALFABETIZAÇÃO DE
ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL I

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado a
Coordenação do Curso de Ciências Biológicas como
pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em
Ciências Biológicas pelo Departamento de Educação a
Distância do Instituto Federal de Alagoas.

Orientador: Prof. Me. José Aparecido da Silva Gama

Maceió\AL

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Maceió
Biblioteca Benevides Monte

INSTITUTO
FEDERAL
Alagoas

B277d Barros, Gabryelle Dantas Cavalcante de.
Diferentes recursos didáticos aplicados na alfabetização de aluno surdo na Educação infantil e fundamental I / Gabryelle Dantas Cavalcante de Barros. - 2019.

1 CD-ROM: il., col.; (1 arquivo : 0,98 megabytes)..

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 44 folhas, acondicionada em caixa acrílica (12,5 cm x 14 cm).

Trabalho de Conclusão (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas) - Instituto Federal de Alagoas, Campus Maceió, Maceió, 2019.
Orientação: Prof. Me José Aparecido da Silva Gama.

1. Ciências Biológicas – Prática Educativa – alunos surdos. 2. Deficiência Auditiva – Recursos didáticos. 3. Educação especial. I. Título.

CDD 570.72

Nalva Maria Amaral
Bibliotecária – CRB-4/989

GABRYELLE DANTAS CAVALCANTE DE BARROS

DIFERENTES RECURSOS DIDÁTICOS APLICADOS NA ALFABETIZAÇÃO DE
ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL I

BANCA EXAMINADORA

Prof. - José Aparecido da Silva Gama - (IFAL/UAB) – Orientador

Prof.- Ederson Monteiro Matsumoto (IFAL)

Prof – Roberval Santos da Silva (IFAL)

Maceió

2019

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter fornecido mais essa conquista, dando força, paciência, perseverança, além de ter colocado as pessoas certas do meu lado para que pudesse contar sempre que precisasse.

Agradeço à família, pois eles me deram o aconchego quando estava estressada, a preocupação de quando estava longe, pelo investimento e apoio visando nosso futuro e por muitas vezes escutarem com paciência alguns trechos do meu trabalho. Principalmente marido e mãe.

Agradeço também ao meu orientador, José Aparecido da Silva Gama, por ter acreditado em mim, quando as dificuldades eram muitas e o prazo era pouco mediante a gestação.

Enfim, agradeço a todos que deram sua contribuição de uma maneira ou de outra. Foram muitas as pessoas que me ajudaram a chegar até aqui, que estiveram presentes ao longo da atividade e que me ajudaram e apoiaram do início ao fim. É uma missão árdua mencionar todos individualmente, mas aos que fizeram parte dessa conquista recebam com carinho o meu muito obrigado, saibam que sem vocês não seria possível a realização deste trabalho.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal relatar a experiência de práticas educativas com o uso de diferentes recursos didáticos aplicados na alfabetização de aluno surdo na educação infantil e ensino fundamental I. Para promover um desenvolvimento educacional mais significativo foram aplicadas e adaptadas várias recursos didáticos para um acompanhamento individualizado do aluno objeto de estudo. Uma das primeiras recursos implantados foi o resgate da família para o aprendizado da linguagem de libras, fazendo com que houvesse o incentivo ao próprio aluno que não aceitava muito bem a escola.

Com os resultados das atividades aplicadas por meio dos recursos desenvolvidos ficou demonstrada uma mudança significativa na aprendizagem do aluno estudado e também na percepção dos demais envolvidos- familiares e equipe pedagógica da escola- onde se realizou o estudo. Concluímos destacando que a insistência e a perseverança na busca contínua de recursos didáticos que auxiliem no desenvolvimento de alunos com necessidades especiais é tarefa árdua, mas que vale todo o esforço realizado quando se constata os resultados alcançados, no entanto cabe destacar que muitos colegas professores não estão dispostos a realizar esses esforços.

Palavras-chave: Educação especial. Deficiência auditiva, Marechal Deodoro

ABSTRACT

This work has as main objective to report the experience of educational practices with the use of different methodologies applied in the literacy of deaf students in early childhood education and elementary education I. To promote a more meaningful educational development for the student object of study were applied and adapted several methodologies for an individualized follow-up of the student object of study. One of the first methodologies implanted was the rescue of the family for the learning of the language of signs, causing that there was the incentive to the own student who did not accept very well the school.

We do. With the results of the activities applied through the developed methodologies, a significant change in the student's learning was demonstrated, as well as in the perception of the other family members and pedagogical team of the school where the study was carried out. We conclude by emphasizing that the insistence and perseverance in the continuous search for methodologies that help in the development of students with special needs is an arduous task that neither, but that is worth all the effort made when the results achieved are contacted, are not all are willing to make such efforts.

Key Words: Special education. Hearing impairment, Marshal Deodoro.

LISTA DE SIGLAS

AL - Alagoas

EJA - Educação Jovens e Adultos

FACOTTUR- Faculdade de Comunicação Tecnologia e Turismo de Olinda

FUNIBER – Fundação Universitária Iberoamericana

IAB- Instituto Alfa e Beto

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia

LDBs- Lei de Diretrizes Básicas da Educação

LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais

MEC- Ministério da Educação

NAE- Núcleo de Apoio aos Especiais

ONU- Organização das Nações Unidas

PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP- Projeto Político Pedagógico

SEESP- Secretaria de Educação de São Paulo

UNEAL- Universidade Estadual de Alagoas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização de Marechal Deodoro no estado de Alagoas

Figura 2- tracejados para cobrir, apoiado com sinais de cada animal e objeto
imagem

Figura 3- Letras libras em forma de cartilhas

Figura 4- Atividades de corte e cole

Figura 5- animais em libras em forma de cartilhas

Figura 6 - Animais em libras em forma de cartilhas

Figura 7- antes e depois de cartazes adaptados

Figura 8- Alfabeto móvel –adaptado e participação dos alunos

Figura 9- Alfabeto móvel –adaptado do livro de grafismo

Figura 10 - material com letras alto-relevo

Figura 11- trilha das formas geométricas

Figura 12- letrinhas cruzadas

Figura 13- mãozinhas numéricas

Figura 14- bloquinho e números

Figura 15- provas adaptadas

Figura 16- aplicativo Ler e contar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	12
2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	12
2.2 DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	14
2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA : PROFESSOR , ESCOLA E FAMÍLIA	16
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	17
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA OBJETO DE ESTUDO.....	20
3.1.2 Infraestrutura da escola.....	20
3.2 PERFIL DOS ALUNOS E DO DOCENTE SUPERVISOR.....	22
3.2.1 Perfil do Docente e Direção.....	22
3.2.2 Perfil dos alunos e da turma	22
3.2.3 Perfil do aluno em estudo	23
3.2.4 Perfil da Família	24
4. PROCESSO METODOLÓGICO.....	24
5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	25
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	39
ANEXOS.....	41

1 INTRODUÇÃO

A educação é uma ferramenta que abre caminho para uma longa escala de desenvolvimento, tanto pessoal, como profissional. Agregando-se ao processo de ensinar e aprender, fato é que ensinar e aprender são dois conceitos distintos em que o ensino visa à aprendizagem em que segundo Staub (2008) seria aquisição de novos comportamentos. Assim sendo, é preciso que tenhamos em mente que todos têm direito a uma educação de qualidade, conforme aponta a Constituição de 1988.

Conforme essa mesma constituição, todos sem distinção podem e devem ter acesso à educação. A sociedade brasileira conta com um grande número de pessoas com algum tipo de necessidade especial, segundo o IBGE (2010) cerca de 6,2% de toda população possui algum tipo de deficiência. Sendo assim, é preciso considerar a inclusão dessas pessoas na escola de forma não somente quantitativa para cumprir a legislação, mas de forma qualitativa, tendo em mente a necessidades do aluno e seus devidos cuidados na mediação do aprendizado.

Uma dessas necessidades especiais é a deficiência auditiva que segundo Sabanai (2007), apesar da preocupação com surdos começar desde o Império II, ela passou e passa até hoje por diversos obstáculos para sua aplicação. Obstáculos esses que vão desde a sua legalidade, passando por diversos entraves para ser legalmente aceita e direcionada para escola, até mesmo a aceitação social.

As pessoas com deficiência auditiva por sua vez, fazem parte desse processo inclusivo e sofrem a com segregação, além de outros obstáculos encontrados pelo caminho, principalmente o de comunicação e exclusão. Dessa forma, fez-se necessário trabalhar o conhecimento e divulgação dos direitos relativos à inclusão das pessoas com necessidades especiais e não apenas garantir a inclusão, mas também oferecer uma infraestrutura pedagógica que oferte um ensino de qualidade desde a educação infantil até as demais modalidades de ensino para manter o crescimento e desenvolvimento da criança para sua formação cidadã.

O presente trabalho tem por objetivo geral relatar a experiência realizada na aplicação de recursos didáticos utilizados na alfabetização e no ensino fundamental com um aluno com deficiência auditiva na escola Municipal Luiz Cavalcante, município Marechal Deodoro.

O referido trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos, que serão descritos a seguir.

O capítulo 1 é constituído pela introdução da temática abordada juntamente com o objetivo geral. O capítulo 2 é constituído pela revisão de literatura onde são abordados os

conceitos teóricos ligados diretamente à educação inclusiva e à legislação brasileira relativa a essa temática. O capítulo 3 é constituído pela caracterização do estudo realizado, onde são abordado a escola e o perfil do aluno _objeto de estudo_ e uma abordagem da rede municipal de educação da cidade de Marechal Deodoro- Al. O capítulo 4 contempla a Metodologia, nesse capítulo é apresentado passo a passo a composição e aplicação de diferentes recursos didáticos utilizados para desenvolvimento do aluno estudado. O capítulo 5 apresenta a análise dos resultados com relação ao aluno estudado. Destaca-se que foi possível obter resultados bem significativos no seu desenvolvimento através dos recursos didáticos usados. No entanto cabe destacar que a escola não oferece estrutura pedagógica para trabalhar a inclusão de crianças, jovens e adultos com deficiência auditiva. E por último no capítulo 6 trata das considerações finais, onde são apresentadas as conclusões e as recomendações do trabalho realizado.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A educação é uma ferramenta que abre caminho para uma longa escala de desenvolvimento, tanto pessoal, como profissional, independentemente dos seus hábitos, costumes, manias, dentre outros.

Segundo a Constituição Federal de 1988 todos tem direito a uma educação de qualidade, sendo esta dever do Estado e acesso a todos com igualdade e liberdade.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;(...)

Sendo assim, a Carta Magna propõe uma discussão sobre a não seletividade e não exclusão de nenhum indivíduo independentemente de classe, raça, e até mesmo deficiências físico-motoras. Este último, por sua vez, vem sofrendo vários entraves, tanto social quanto educacional para sua aplicabilidade.

Afinal de contas, pessoas com deficiência estão inclusas em “todos” e como a própria Constituição Federal já indica em seu Art. 208, inciso III – “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino(...)”

Até a chegada da Carta Magna enaltecendo os direitos legais da inclusão de pessoas com deficiência, a inclusão social passou por diversos obstáculos, desde exclusão, passando a ser ignorados, atendimentos psiquiátricos, e até mesmo exploração.

Pois, por muito tempo eles foram considerados, incapazes, desprezíveis, foram isolados, excluídos e até aniquilados. As pessoas os viam como seres que não deviam fazer parte da sociedade. Essas atitudes e concepções foram mudando com relação a aniquilamento, isolamento, mas mesmo com a aceitação de poderem viver em meio à sociedade, a questão de preconceito e exclusão ainda persiste na concepção de muitos. (CORRENT,p.13. 2015)

Segundo Xavier (2012), foi em meados do século XIX que as Santas Casas de Misericórdia brasileiras começaram a realizar um trabalho de assistência e proporcionavam a eles cuidados específicos. De acordo com o autor citado, nessa fase começou a segregação por tipos de deficiência e a se criar estratégias de cuidados às pessoas cegas, surdas, deficientes mentais e deficientes físicos, além de iniciativas oficiais e particulares.

A partir do século XX, os movimentos sociais começaram a lutar por igualdade para todos. Segundo Pereira *et al* (2012) foi somente no final da década de 50 e início de 60 que passaram a surgir a ideia de deficientes na educação, tendo em vista, a política educacional brasileira. Aos poucos o sistema educacional buscou formas de integrar os alunos com alguma deficiência no sistema regular de ensino.

Em 1961, a lei nº 4.024, de 20 de dezembro, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trata os deficientes com termos excepcionais, e estabelece em seu Art. 88 que a educação de excepcionais deve enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Mais tarde a mesma foi substituída pela lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, adentrando o termo deficiência físicas ou mentais, e afirmando atendimento especial a estas pessoas.

Após a ditadura houve a reformulação da Constituição Federal, sendo em 1988 articulado educação para todos inclusive atendendo as necessidades especiais. Um ano após surge a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que entre suas disposições estabelece sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social. Conforme rege a Lei Magna, o acesso dos alunos e seus direitos a livros, merendas, dentre outros, efetiva a integração social. Por outro lado, deixa a desejar com aspectos anti-inclusivos, associando os deficientes como um peso e obrigatoriedade, com a matrícula compulsória.

A partir da década de 90 houve o surgimento e regulamentação de várias outras leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi embalado internacionalmente com a declaração Mundial de educação para todos. Em 1994 surge a Política Nacional de Educação Especial, embalada pela Declaração de Salamanca. O documento é uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi concebido na Conferência Mundial de Educação Especial, que trata de princípios, políticas e práticas das necessidades educativas especiais, e dá orientações a estruturação de ação em Educação Especial. Ela revoga várias outras declarações de modo que busca uniformizar as oportunidades para as pessoas com deficiência sendo essa demanda parte integrante do sistema educacional em todos os Estados.

Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso

compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados. (UNESCO-1994,p. VIII)

Todos os documentos elaborados foram de suma importância para a evolução da consciência de inclusão social nas escolas, porém grandes foram as brechas encontradas que de certa forma não cumpriam com o verdadeiro sentido de inclusão, para tanto eram necessárias varias atualizações de leis e planos, como, por exemplo, as LDBs e planos nacionais que estão em constante modificação buscando aprimorar seus resultados.

Sendo assim, as pessoas com necessidades especiais foram ganhando força, e se incluindo cada vez mais com dignidade dentro da comunidade escolar e de certa forma na sociedade.

2.2 DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Uma dessas necessidades especiais explicitas é a deficiência auditiva; que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em seu último senso realizado (IBGE 2010), cerca de 9,7 milhões de brasileiros possuem deficiência auditiva, representando 5,1% da população total do país.

De acordo com Sabanai (2007), apesar da preocupação com surdos começar desde o Império, no governo de Dom Pedro II, com a escola de educação de meninos surdos, em 1857 no Rio de Janeiro, as barreiras para acessibilidade foram inúmeras e mesmo diante de tantas leis inclusivas, foi somente em 2002 que foi sancionada a lei 10.436, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências, reconhecendo assim a comunicação e expressão da Língua Brasileira de Sinais – Libras- além de garantir que sistema educacional de todas as esferas.

Art.4. O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. LEI 10.436, 2002)

Em 2005 houve o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentava a lei anteriormente citada e dava outras providências como a inclusão da libras como disciplina curricular, sendo obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, e optativa para outros cursos superiores. Atribui também sobre formação do professor de libras e do instrutor de libras e formação do tradutor e intérprete de libras, necessitando assim de uma lei regulamentar sobre o interprete de libras que foi estabelecida somente em 2010 com a lei nº 12.319.

Com toda capacidade legislativa as instituições educacionais começaram a ser influenciadas, pela obrigatoriedade de ensino, sendo os professores os regentes da turma, tendo os interpretes como facilitadores da comunicação. Haja vista que os professores, principalmente a nível da educação infantil, precisam preparar metodologicamente materiais que busquem adaptações para incluírem o aluno a sua turma e proporcionar o seu desenvolvimento.

Para tanto é necessário não somente informações, mais também manter capacitações e acima de tudo capacidade de constantes mudanças nas suas metodologias. O intérprete por sua vez deve assumir em consonância com o professor, ajudando-o a adequar um planejamento e facilitando a comunicação entre professor e o aluno surdo além de interação com as demais pessoas ouvintes. Assim como traz a Lei 12.319 /2010

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

Tendo em vista todas as leis, os desafios para pessoas surdas de modo geral, inclusive na educação, pois enfrentam no cotidiano a falta de profissionais qualificados, e de força de vontade para adaptações metodológicas e cursos de capacitação que melhorem não somente o desenvolvimento profissional, como auxiliem no verdadeiro sentido de educação inclusiva.

2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA : PROFESSOR , ESCOLA E FAMÍLIA

Assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem discriminação, é um princípio que está na nossa Constituição desde 1988, mas que ainda não é realidade para várias crianças que tem de necessidades educacionais especiais.

Tratar educação inclusiva dentro da sociedade vai além de limitar atribuições somente à escola, e mais ainda fazer uma sobrecarga colossal na responsabilidade do professor. É preciso levar em conta a esfera familiar.

Primeiramente, há de se entender que a família é ponto crucial para o desenvolvimento da criança, ela é a base que a criança irá ter, independente de ser especial ou não. Essa relação vai além da necessidade de incluí-las na escola, e de ajudar nas atividades de casa, mas de entender a necessidade da criança em termos educacionais. “É muito comum ver famílias se movimentando, em busca de atendimento ou mesmo freqüentando serviços diferentes, sem ter noção do que é que estão fazendo” (SEESP\MEC, 2004, p.7)

O que de certa forma acarreta na transferência de papel entre a escola e a família, trazendo um desencontro de ideais, e conflito de competências, estes conflitos acabam sendo cada vez mais visíveis diante do processo de modernização onde existem divisões de classes sociais, padrões de diferentes famílias, o que acarreta na desvalorização muitas vezes do sentido familiar, e “esse modelo idealizado de família dificulta a aproximação da escola, uma vez que os professores acabam por esperar que a família tome a iniciativa para tal relação.” (GOMES E RODRIGUES, 2015, p.5)

Nesse sentido, conforme aponta o autor citado acima, a escola e os professores sofrem adaptações na prática da inclusão. No atual modelo escolar brasileiro, devemos repensar a escola e suas práticas pedagógicas, visando o benefício de alunos e professores. “É preciso organizar e estabelecer o desenvolvimento de estratégias de intervenção que facilitem a implementação desta proposta.” (FRIAS E MENEZEZ p.14)

Assim, a escola por sua vez precisa revisar suas regras, seus aposentos, seus meios de comunicação, ou seja, modificar seu projeto político pedagógico e a gestão escolar, procurando estabelecer não somente a nomenclatura inclusiva, mas a postura para receber a inclusão visto que inclusão é o processo no qual o aluno é incluído e não adaptado a escola, nessa circunstância, é a escola que tem que se adaptar.

Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados. (SEESP\MEC, 2004, p.7)

Esse processo vem desde a alta administração, ao formular o PPP- projeto político pedagógico e destinar as relações da escola com a comunidade, contando com a participação de todos sejam eles professores, funcionários, pais e alunos, para um processo coletivo de construção.

Segundo Rocha (2017), a educação inclusiva é desafio aos professores, pois obrigamos a repensar sua maneira de ensinar criando meios que sejam propícios para cada aluno.

“Um dos fatores primordiais para uma proposta inclusiva em sala de aula é que os professores mudem a visão incapacitante das pessoas com necessidades educacionais especiais para uma visão pautada nas possibilidades, elaborando atividades variadas, dando ênfase no respeito às diferenças e às inteligências múltiplas. (ROCHA, 2017, p.6)”

Assim fica claro que a educação inclusiva não requer apenas um pilar, requer toda uma estrutura cooperativa que vem desde a escola, professores, família e até mesmo a comunidade. Buscando inserir pessoas com necessidades especiais dentro da sociedade de forma que todos se adaptem à necessidade delas, cumprindo o verdadeiro significado da palavra inclusão e não apenas maquiando sua aplicabilidade.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO- MARECHAL DEODORO

Em termos geográficos, a cidade de Marechal Deodoro está localizada na microrregião geográfica de Maceió, na Mesorregião do Leste Alagoano, situada a margem da Lagoa do Sul, conhecida como Lagoa Manguaba e a 28 km da capital do estado. Faz limites com Pilar, São Miguel dos Campos, Satuba, Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco e Oceano Atlântico, conforme apresentado na figura 1. Esse município está localizada há 5 metros acima do nível do mar, tem área de 363,3 km². Clima temperado, variando entre 29° 22° C, (TENÓRIO, 2006).

Figura 1: Localização de Marechal Deodoro no estado de Alagoas



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Marechal_Deodoro.png

Quanto aos aspectos históricos, Marechal Deodoro surgiu em 1611 como Vila da Madalena, com o passar dos anos foi recebendo várias nomenclaturas como Madalena de Sabaúna, Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, Alagoas do Sul, depois Alagoas, até receber seu atual nome Marechal Deodoro da Fonseca em homenagem ao seu filho ilustre que viria a ser em 1889 o proclamador da República e se tornaria o primeiro presidente do Brasil. (HELENO, 2009)

Contudo, até que se chegasse a esses tempos de glória, a região, em seu surgimento, recebia constantes ataques pelo fato de possuir terras pouco acidentadas, grande quantidade de recursos naturais geradores de matéria prima, meios para navegação como a laguna Manguaba e as praias presentes na região, que tanto servia como meio de exportar recursos, mercadorias, quanto para rota de fuga.

Com tanta diversidade a região acabou sofrendo diversas invasões como a dos holandeses em 1630, quando torturaram parte da população e incendiaram cerca de 100 casas, além das diversas invasões dos franceses em busca de relações comerciais, muitas vezes tidas como desiguais e oportunistas.

Em 1823 o município se tornou cidade sendo a primeira capital do estado de Alagoas e mesmo não possuindo grandes empreendimentos, abrigava os principais proprietários rurais e a intelectualidade. Após a mudança da sede administrativa e política em 1839 o município perde o posto de capital para a então Maceió. Isso “gerou luta e a divisão entre as lideranças alagoana, a antiga vila começou a definhar, só voltando a adquirir novo impulso nas ultimas décadas do século XX, graças ao turismo, à industrialização ao gás e ao petróleo.” (TENÓRIO, *et all* 2006, p.14)

A cidade histórica com cerca de 51.354 habitantes de acordo com o IBGE (2018), teve uma evolução educacional muito grande e de suma importância para desenvolvimento,

contando com amplos projetos voltados a educação como mais educação, mais alfabetização, além da educação de jovens e adultos.

Além de todos os programas na sua grade de educação básica, conta também com a inclusão social, realizando editais que buscam pessoas capazes de facilitar o aprendizado e integração de crianças, jovens e adultos, com necessidades especiais. Sendo assim são contratados cuidadores e intérpretes para fazer parte da rede educacional.

Sendo este processo muito interessante, é mister lembrar que a educação como as próprias normas já afirmam, começa da base de educação infantil, que tem como objetivo o desenvolvimento integral das crianças, tanto cognitivo e físico quanto sócio emocional. O nível fundamental I por sua vez envolve a mesma significância e cada vez mais a socialização buscando compreender o ambiente natural, social e até mesmo político.

Sendo assim, a inclusão é social importante desde o primeiro momento, não apenas para a criança com deficiência, mais também para a integração de criança vistas como saudáveis adentrar no mundo das crianças com deficiências e passarem a desenvolver afetividade, o respeito, e a cooperação.

Num total o município abrange 17 escolas da rede municipal, sendo 16 delas trabalhando com nível fundamental I e totalizando, segundo dados da Secretaria de Educação do município, 9.505 alunos matriculados em toda rede. Segundo a mesma, destes alunos, 385 são considerados especiais através de laudos médicos. Desses alunos especiais, 10 são surdos e contam com apoio de 5 intérpretes contratados pelo município para auxiliar na comunicação e aprendizado de forma a suprir a todos.

Para tanto o município obtém a seleção de intérpretes em que profissionais passam por entrevistas e seleção a fim de garantirem aptidão ao cargo que conta com muita dedicação. Válido lembrar que os mesmos são facilitadores de aprendizado, comunicação e interação, e não educadores, não podendo substituir a função do professor, de planejamento e desenvolvimento de atividades. Durante o ano letivo, participam de vários encontros de formação afim de obter cada vez mais conhecimento e disseminar experiências vividas.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA OBJETO DE ESTUDO

A Escola Municipal Governador Luiz Cavalcante localiza-se na Rodovia Edival Lemos s/n, mais precisamente no bairro Taperaguá, facilitando o acesso por estar presente na rodovia de entrada do município de Marechal Deodoro. Teve sua origem mais precisamente em 2017 em decorrência da demanda de alunos, pois em 2013 tinha outra nomenclatura como Eleuza e Edival Lemos. Em 2014 e 2015 era conhecida como Araújo Lobo, em 2016 Extensão professor Lucas e somente em 2017 passou a se firmar como Governador Luiz Cavalcante. Além disso, seu prédio é dividido entre a escola e a Secretaria de Educação.

Com relação ao transporte escolar o município possui uma boa relação de transporte para os alunos, disponibilizando 5 ônibus gratuitos para os alunos que são nomeados pelos bairros, sendo 1 fornecido somente para os especiais e os outros atrelados a bairros locais como: Gislene Matheus, Baixa da Sapa (Terra da esperança), Sindpol e Erick Ferraz.

3.1.2 Infraestrutura da escola

A Escola Municipal Governador Luiz Cavalcante, onde funciona o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, EJA (Educação Jovens e Adultos) além de programa como Mais Educação e Mais Alfabetização.

A Escola tem bom espaço físico, o prédio conta com 15 salas de aula em atividade, além de possuir uma grande área de lazer e pátio. É dividido em três blocos, onde cada bloco possui 5 salas de aula e dois banheiros (sendo um masculino e outro feminino); possui também sala dos professores e coordenadores, quadra de esporte, campo de futebol e sala de recurso, onde ficam localizados os materiais lúdicos e de apoio. Possui também dois bebedouros para os alunos com água filtrada, além de cozinha e refeitório onde a alimentação é fornecida aos alunos.

Quadro 1– Infraestrutura – espaços físicos da escola

Infraestrutura		
Espaço	Há na escola	Quantidade
Banheiro	Sim	6
Pátio	Sim	-
Estacionamento	Sim	-

Salas	Sim	15
Sala dos professores Coordenação Secretaria	sim	1
Sala de recursos	sim	1
Refeitório	sim	1
Quadra de esportes	sim	1

Fonte: (organizado pela autora)

A Escola conta também com acessibilidade aos deficientes e Núcleo de Apoio aos Especiais- NAE-, na qual funciona como núcleo de extensão que atende ao EJA- , com salas de atendimento psicopedagógico e suporte à escola com relação a diferentes déficits.

A escola tem no total 785 alunos matriculados; desses, 42 alunos são da educação especial, sendo 28 matriculados conforme a sua faixa etária e 14 deles matriculados no NAE.

Contudo, a infraestrutura da escola possui algumas deficiências, tais como: as salas de aulas com poucos ventiladores, sendo alguns quebrados, porém com grandes janelas as salas continuam bem arejadas. Ausência de manutenção nas estruturas físicas como banheiros, quadra de esporte, etc.

Os recursos didáticos disponíveis na escola são: TV, livros didáticos, sala de recursos, quadra de esportes. O que facilitaria o trabalho de professores e os alunos, os quais podem desenvolver atividades interdisciplinares tais como: ampliar o vocabulário, desenvolver o raciocínio lógico-matemático aulas mais atrativas e dinâmicas, participação social e suporte para o trabalho docente.

Mais do que sistematizar e disponibilizar recursos didáticos e ferramentas, o principal objetivo é fazer dos recursos um método de trabalho do educador que o ajude na tarefa tão urgente e essencial de transformar a prática, na direção de um ensino mais significativo, crítico, criativo e duradouro, como medição para construção da cidadania na perspectiva da autonomia e da solidariedade.

3.2 PERFIL DOS ALUNOS E DO DOCENTE SUPERVISOR

3.2.1 Perfil do Docente e Direção

A direção é composta por:

- Delmare Mesquita, como diretora interina, possui formação em pedagogia na Uneal e pós graduação em psicopedagogia na Facottur, além de estar cursando mestrado em formação de professores pela Funiber. Possui 23 anos em sala de aula e apenas 2 anos na direção. Apesar de longa carreira na área educacional nunca havia trabalhado diretamente com educação especial.

-Maria Nelma Santos, como coordenadora pedagógica, formada em pedagogia na Uneal, pós graduação em gestão e inspeção na Facottur e cursando mestrado em formação de professores pela Funiber. Já trabalhou em sala de aula e está há dois anos na coordenação, sem nunca ter trabalhado com educação especial.

-Tereza Cristina Dias Santos Alves, coordenadora pedagógica, Graduação em Pedagogia, na Universidade Estadual de Alagoas- Uneal, e pós graduação em Gestão e Inspeção Escolar na Faculdade de Comunicação e Turismo de Olinda, 26 anos que exerce a profissão de professora sendo 24 em sala de aula e 2 anos como diretora adjunta (na qual não se identificou) e assumiu então a coordenação pedagógica. Apesar de grande experiência profissional nunca trabalhou com a educação inclusiva, mas considera de suma importância esse trabalho.

A professora da turma Thaciany Ferreira de Souza, é formada em pedagogia pela UNEAL, pós graduada em gestão educacional e planejamento pela Facottur, e tem experiência educacional de 8 anos. Durante o percurso profissional já trabalhou com educação especial três vezes, sendo todos surdos. Em uma delas não havia intérprete em sala, o que dificultava seu trabalho por não ter curso de libras, e fazia com que os próprios alunos ajudassem. Já os outros dois, inclusive o aluno em questão estão acompanhados de intérpretes, o que facilita o planejamento e as ações a serem desenvolvidas.

3.2.2 Perfil dos alunos e da turma

A maioria é de classe média baixa e baixa, segundo responsáveis da escola, e sofrem carência de afetividade e conhecimento, na sua grande maioria são dispersos e sem foco no estudos e muitos vão pela merenda na escola, conforme conversado.

São poucos os alunos que chegam alfabetizados à escola, e em convívio escolar. Ficou a percepção de que são poucos os que demonstram o verdadeiro interesse em aprender. Além de muitos que, apesar da vontade de apreender a ler, sentem dificuldade, pois só têm contato com o conteúdo na escola, sendo filhos de pais analfabetos e outros pais sem interesse em ensinar o filho.

Com relação à disponibilidade dos pais que nessa faixa etária é essencial a participação para desenvolvimento da criança, principalmente em ajuda com as atividades passadas para casa, é notório que muitos estão distantes do que se objetiva, e veem a escola como descarte, ou seja, local onde a criança está longe de sua vigilância. Fato confirmado muitas vezes quando as crianças vão com fome e doentes para escola, além de não receber ajuda nas atividades.

3.2.3 Perfil do aluno em estudo

O aluno JVMD, possui 6 anos e é diagnosticado com surdez, está inserido na família de classe baixa (sua família dependente do bolsa família) e integra a educação do município. Começou a partir do meio do ano letivo de 2017 quando ainda integrava a educação infantil. Segundo relatos da mãe A.P.D.M, o mesmo já teria tido contato com uma outra escola, na qual só era incentivado a pintar e não tinha um acompanhamento, onde ele era deixado na escola como forma de descanso e para trabalhar.

A primeira vista, demonstrava-se muito agitado, e apresentava sinais de ter outro déficit. Inicialmente fechava os olhos e escondia as mãos para não aprender, realizava as tarefas quando queria, e possuía balançados para traz e para frente a todo momento, que aumentava o ritmo e intensidade quando era contrariado seguindo de murmúrios.

Quanto às atividades, não demonstrava interesse nenhum em realizá-las, não gostava de pinturas, quando pintava eram rabiscos sem noção de espaço nem de cores. Não obtinha noção de pegar no lápis, nem se socializava muito com colegas de sala. Passando 4h horas de aula se balançando e tentando fazer as atividades que normalmente não eram realizadas.

Hoje o aluno já demonstra mais tranquilidade, ainda apresenta os balançados, os murmúrios, porém já tem interesse em realizar as atividades.

3.2.4 Perfil Da Família

A família do aluno é de classe baixa e possui 5 filhos de casamentos distintos, sendo o aluno em questão o segundo mais novo. A estrutura financeira é dependente de Bolsa Família, pesca e artesanato.

As buscas constantes por médicos, dificultam o desenvolvimento do trabalho, pois além da ida aos médicos no próprio município, também há o deslocamento para a capital, que gera custos e tempo.

Na afetividade a criança é rejeitada pelo pai e possui contato com o padrasto que segundo a esposa não possui muita paciência com a criança. Quanto aos cuidados com higiene pessoal, a família, mais especificamente a mãe, possui cuidados bem satisfatórios com o filho, que está sempre bem aseado. No que se refere a educação, a conduta da mãe foi sendo modificada, pois não havia preocupação com lições de casa, alegando que não tinha controle sobre o filho, cadernos rabiscados e rasgados, lições que não eram feitas.

A partir da obrigatoriedade de acompanhamento especial em sala de aula a mãe do aluno sentiu mais segurança em deixá-lo na escola, apesar de certa ignorância e ingenuidade em ainda querer deixá-lo como forma de suporte técnico, sua necessidade era trabalhar.

Um dos objetivos da mãe para por o filho na escola era que o mesmo aprendesse e soubesse o próprio nome, e fazer com que o mesmo ao sair com ela ficasse sem gritar e sem demonstrar determinados comportamentos, ou seja, que o filho tivesse uma convivência mais sociável por meio das experiências de frequentar a escola.

Em conversa entre a gestão da escola, a profissional intérprete, a professora, e a mãe do aluno foram esclarecidos os objetivos e as possibilidades da escola em aplicar o conhecimento para o aluno, com socialização e promovendo a alfabetização do mesmo

4 PROCESSO METODOLÓGICO

Para promover um desenvolvimento educacional mais significativo para o aluno objeto de estudo foram aplicados e adaptados várias recursos didáticos para um acompanhamento individualizado do mesmo.

Um dos primeiros recursos implantados foi o resgate da família para o aprendizado da linguagem de libras, fazendo com que houvesse o incentivo ao próprio aluno que não aceitava muito bem a escola.

Os demais recursos contaram com atividades para inserir o aluno na escola e na sala de aula foram:

- Desenvolver a coordenação motora de cobrir pontilhados, por meio de atividades entregues ao aluno;
- Foi confeccionado o alfabetos em forma de cartilhas, em libras com desenhos para despertar o interesse do aluno, feito em papel ofício e recortado.
- Atividades de colagem, recorte e pinturas.
- Confeção de letrinhas cruzadas. Através do embaralhamento de letras no papel, sendo organizada para achar as vogais.
- Elaboração de cartilhas com animais mais comuns e os que mais aparecem nos livros, juntamente com seus sinais em libras.
- Para trabalhar os conteúdos de matemática foram criadas, pela professora de sala, um quadro com mãozinhas e seus respectivos números, como forma de associação visual, numérica, simbólica e de quantidade.
- Adaptação de cartazes em sala de aula, cartazes já prontos oferecidos pelo sistema IAB(sistema de livros da escola), foram todos adaptados para libras, para dar maior apoio ao aluno em sala de aula.
- Utilização de bloquinhos de montar, juntamente com desenhos, para associação dos números e adaptação do livro de grafismo
- Jogos lúdicos desenvolvidos em sala de aula adaptados para que o aluno pudesse participar, como por exemplo, a trilha das formas geométricas. Onde seguia-se uma trilha através do número de passos correlacionados ao número dos dados, e posteriormente montava-se a palavra. Para o aluno surdo foi adaptado para achar as vogais.

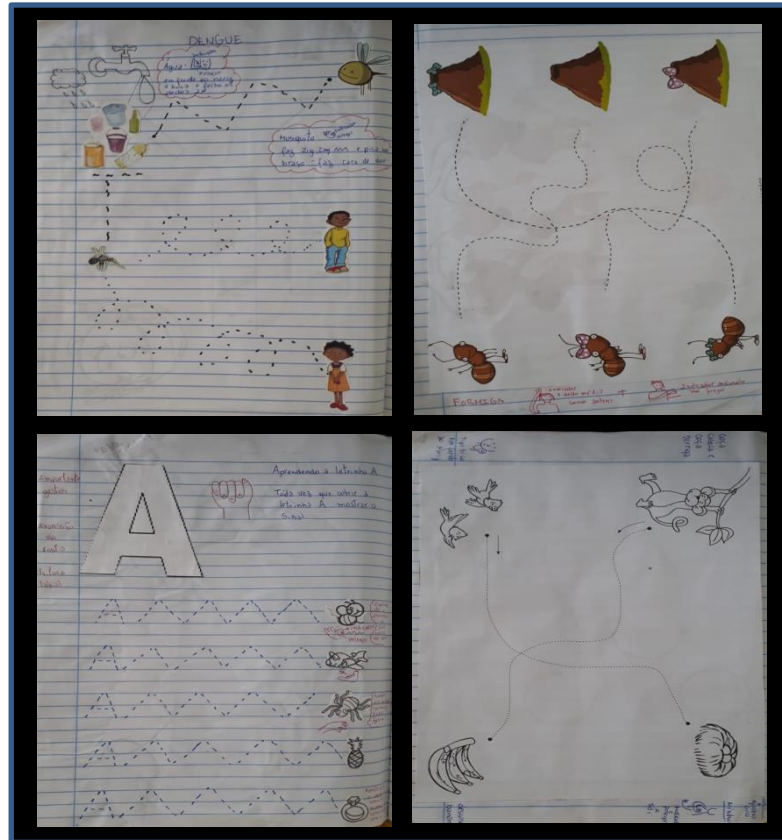
5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Foram realizadas diversas atividades, com diferentes recursos didáticos para inserir o aluno no processo de ensino e aprendizagem e na sala de aula.

Foram estruturadas atividades para estabelecer a coordenação motora de cobrir pontilhados conforme apresentado na figura 2. Essa atividade obteve como resultado, o domínio do aluno ao pegar no lápis, estabeleceu a coordenação motora ao cobrir os tracejados e de iniciar os sinais em libras para o aluno com sinais de animais, que eram desenhados a

mão na folha do caderno do aluno, buscando não somente ele visualizar. Além do aluno estudado essa atividade também envolveu a família como um todo no acompanhamento e auxílio nas atividades enviadas para serem realizadas em casa.

Figura 2 -tracedados para cobrir, apoiado com sinais de cada animal e objeto da imagem



Fonte: Autora

Na atividade realizada com o alfabeto, foi confeccionado em libras e impressas em papel e recortadas uma a uma e colado em cartolina em formato plastificado conforme apresentado na figura 3. A realização dessa atividade teve como objetivo despertar o interesse do aluno para alfabetização em letras libras, proporcionando e estimulando a memória fotográfica, onde todo dia era dado para ele visualizar da maneira que ele achasse ideal e ao mesmo tempo fazendo com que houvesse estímulos para aprendizado, com o colorido e os desenhos.

Figura 3-Letras libras em forma de cartilhas



Fonte: Autora

As atividades de colagem, recorte e pinturas, foram desenvolvidas de acordo com planejamento da professora junto e com integração da turma. Essa atividade foi bem relevante, visto que melhorou de forma significativa a concentração e também a coordenação motora do aluno, conforme apresentado na figura 4.

Figura 4-Atividades de corte e cole



Fonte: Autora

Foi constatado em observações e conversas realizadas com a mãe do aluno que o mesmo adorava animais. Partindo dessa constatação foi elaborada cartilhas com animais mais comuns no seu dia-dia, e os que mais aparecem nos livros e seus respectivos sinais em libras desenhados à mão e impressos para o aluno (figura 5). Assim, o objetivo foi trazer uma alfabetização mais próxima da sua realidade, mostrando coisas palpáveis e que fizesse parte

da suas rotinas, principalmente quanto aos animais peçonhentos e venenosos, como preocupação para sua identificação.

Figura 5-animais em libras em forma de cartilhas



Fonte: Autora

Nas atividades que abordavam as datas comemorativas e os meios de transporte foram trabalhadas em forma de desenhos e colagens de figuras no caderno, juntamente com cada sinal da linguagem em Libras, facilitando a compreensão do aluno, e também da família caso viessem ajudar a criança em casa conforme apresentado na figura 6. De forma geral todos os conteúdos passados na turma eram também trabalhados e transmitidos de uma forma diferenciada para o aluno.

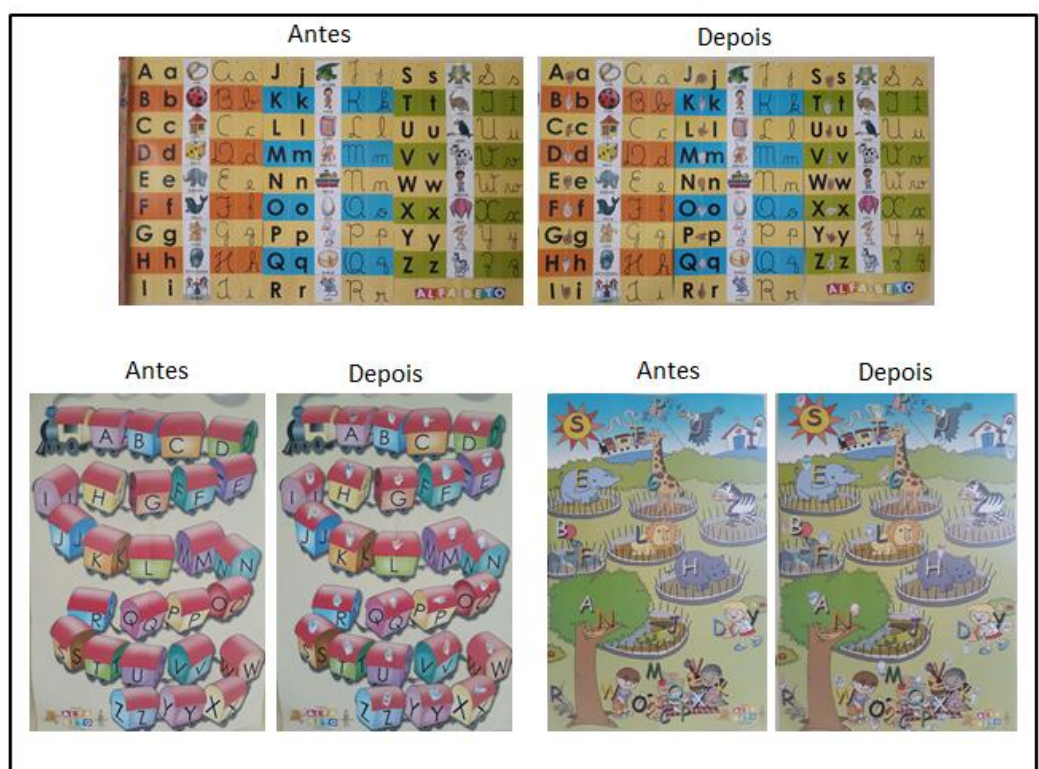
Figura 6 -Animais em libras em forma de cartilhas



Fonte: Autora

As atividades e o trabalho com alfabeto tornaram-se mais efetivas, além das cartilhas foi colado todo alfabeto no caderno, para conhecimento visual constante. Foi colado também cartazes adaptados em letras libras na sala de aula, cartazes esses, oferecidos pelo sistema IAB (sistema de livros da escola), com objetivo de fazer com que o aluno se sentisse parte da sala de aula. Conforme apresentados na Figura 7. A intensificação de sinalizações do alfabeto em libras em todos os locais, e da adaptação da sala ao aluno para se sentir incluído, se tornou fundamental para identificação e aprendizado e conseqüentemente avanço para o próximo passo em saber libras (e não apenas identificar), escrever e fazer leituras leitura labial

Figura 7-antes e depois de cartazes adaptados



Fonte: Autora

Atividades realizadas com letras móveis, foi outro material de apoio lúdico a ser desenvolvido através do sistema IAB. Todas as letras foram adaptadas, colando seus devidos sinais em libras, que foram desenhados, recortados e colados. Sendo assim não somente o aluno J.V.M. D. participa da atividade como todos os outros alunos da turma também acabam aprendendo um pouco libras, conforme apresentado na figura 8. A realização dessa atividade

além de melhorar no conhecimento das letras permitiu também a integração da turma com o aluno com necessidade especial.

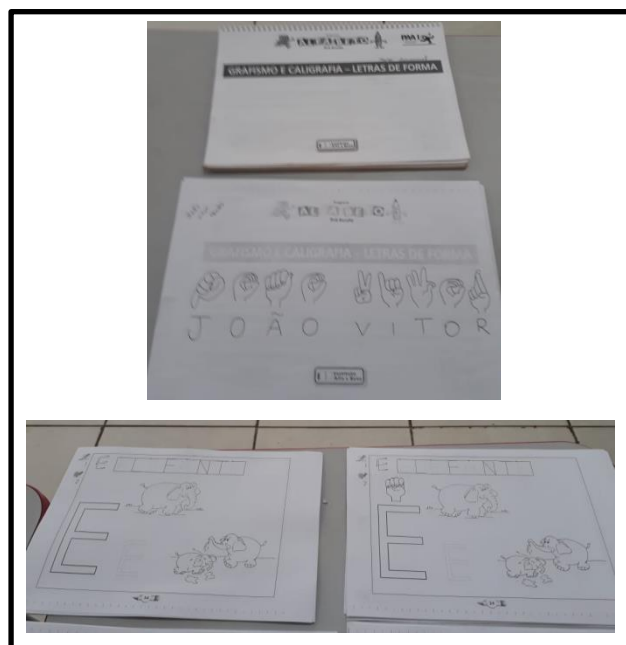
Figura 8-Alfabeto móvel –adaptado e participação dos alunos



Fonte: Autora

Na atividade de adaptação do livro de grafismo foram desenhadas todas as letras em libras o que ajudou o aluno no desenvolvimento da coordenação motora, da escrita e associação entre as letras do alfabeto da língua portuguesa e as letras do alfabeto em libras, além de alguns animais e objetos. conforme apresentado na figura 9. Assim a associação entre letras e sinais se tornavam cada vez mais notáveis pelos alunos, além do melhoramento na parte da escrita.

Figura 9-Alfabeto móvel –adaptado do livro de grafismo



Fonte: Autora

Para facilitar o desenvolvimento da escrita foi criado material com letras móveis. Com o uso de folhas A4 foram estruturadas em cada folha 3 letras, nelas continham o sinal em libras, o desenho da letra a letra em alto-relevo, letras pontilhadas e um espaço para desenvolver sozinho a letra, conforme apresentado na figura 10. Nesse aspecto a criança pode desenvolver a associação entre letras, a escrita e a pintura.

Figura 10 -material com letras alto-relevo



Fonte: Autora

Os jogos lúdicos desenvolvidos em sala de aula eram todos adaptados para que o aluno pudesse participar, como por exemplo, a trilha das formas geométricas conforme exposto na figura 11. Essa trilha foi criada pela professora com o uso de TNT e feltro de diferentes cores. Cada cor era uma forma geométrica – triângulo, quadrado e círculo- e sua trilha seguia a mesma cor. Os alunos jogavam o dado e seguiam os passos dados no número do dado que caiu, ate chegar ao final e formar a palavra da forma geométrica através das sílabas. Como adaptação o aluno seguia os passos junto da intérprete e ao final teria que associar as letras, no caso as vogais. Assim além de associar as letras, o aluno também associava as cores.

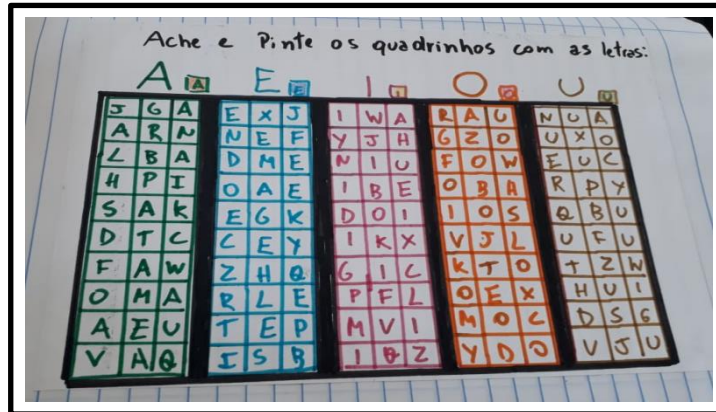
Figura 11-trilha das formas geométricas



Fonte: Thaciany Ferreira de Souza, adaptado pela autora

Outro material desenvolvido e aplicado para ajudar na associação de letras, foram as letrinhas cruzadas. Foram confeccionadas, em folhas de papel ofício, letrinhas embaralhadas em quadradinhos como se fossem palavras cruzadas, com intuito de achar as letras e pintar, assim foram feitos 5 quadradinhos, a cada quadradinho o aluno teria que achar um tipo de vogal, cada quadrado continha 10 vogais iguais, conforme apresentado na figura 12.

Figura 12-letrinhas cruzadas



Fonte: Autora

Para trabalhar conteúdos de matemática foram criadas pela professora um quadro com mãozinhas apresentado na figura 13. O quadro foi feito através de cartolina, papel emborrachado, e palitos de picolé. A cartolina era o fundo e apoio do painel, enquanto os emborrachados serviam para as casinhas de cada número e mãozinhas confeccionadas. As mãos também eram feitas de emborrachado e apoiados com palito de picolé. A utilização deles aconteciam de diferentes formas, através de noção visual e através de estabelecimento entre números e quantidades. Para isso foi usado massinha de modelar e feitas bolinhas, para cada dedinho dos números encaixava uma bolinha.

Figura 13-mãozinhas numéricas



Fonte: Thaciany Ferreira de Souza

Para associar os números foram usados também bloquinhos de montar conforme apresentado na figura 14. Onde eram usados 5 bloquinhos juntamente com o desenho em um pequeno livrinho montado com desenhos dos blocos e seu respectivo número.

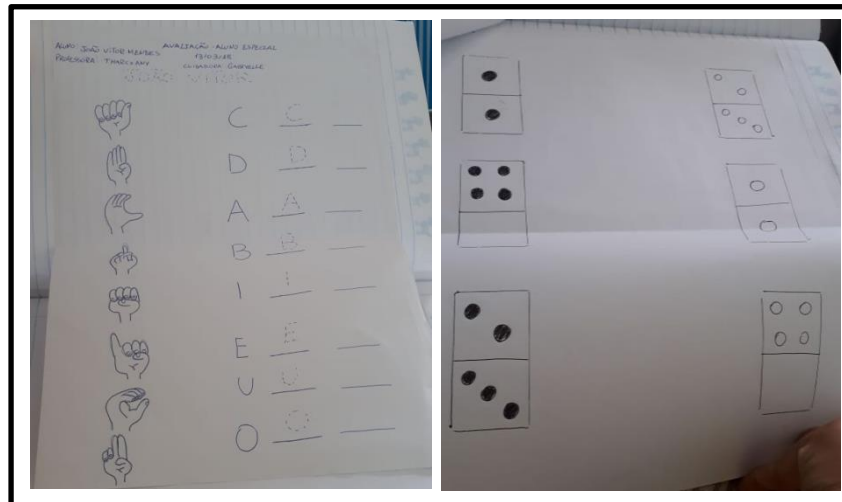
Figura 14-bloquinho e números



Fonte: Desenvolvido pela autora

Quanto às formas de avaliação foi necessário a criação de uma prova individualizada para o aluno. Logo foram elaboradas e feitas a mão provas, como de ligar letra a seus sinais, pintar as letrinhas cruzadas e até mesmo escrever as letras no papel, para português. Já para matemática a ideia era associar iguais e diferentes conforme apresentado na figura 15.

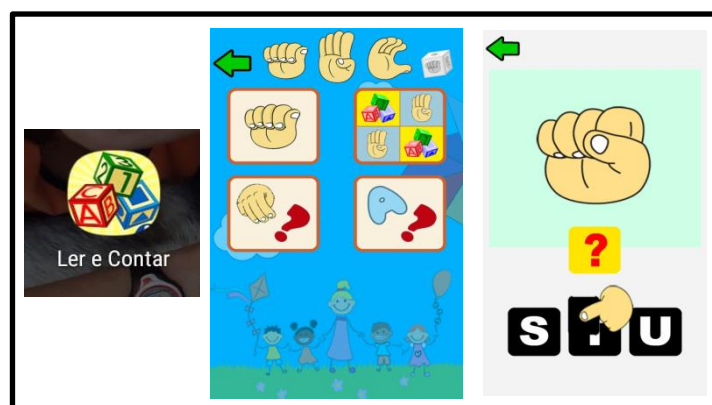
Figura 15-provas adaptadas



Fonte: Desenvolvido pela autora

Após todas as etapas de associação e conhecimento de todo alfabeto, foi baixado no celular um aplicativo referente a libras, para dar mais animo ao aluno e continuar com o desenvolvimento e aprendizado. O aplicativo se chama Ler e Contar apresentado na figura 16 e busca a associação entre letras e seus sinais em libras, contendo jogo da memória, libras e letras, e letras e libras.

Figura 16-aplicativo Ler e contar



Fonte: Baixado play store(<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.bergman.lerecontar>)

Conforme exposto a maioria das adaptações aconteceram a mão por falta de recursos e eram confeccionadas ou em casa ou dentro da própria sala de aula, aproveitando os dias que o aluno faltava do aluno. Todas se tornam de suma importância para o desenvolvimento e aprendizado.

Os jogos lúdicos desenvolvidos em sala de aula eram todos adaptados para que o aluno pudesse participar, como por exemplo, a trilha das formas geométricas

Uma vez por semana a mãe do aluno comparecia com ele no período oposto à aula, como forma complementar, desenvolvendo o alfabeto em libras, verbos e até mesmo frases, além de revisar tudo que era passado em sala de aula para o aluno.

No começo houve muita resistência e dificuldade na conquista do aluno na escola, pois o mesmo, além de apresentar um quadro de surdez total, aparentemente também tinha aspectos de autista, então fechava os olhos, para não ver, cobria as mãos quando tentava ensinar alguns sinais. A pintura para conquista não dava muito certo, não gostava de pintar, só de ver colorido.

As sinalizações em libras na sala de aula ajudou bastante ao aluno a se sentir à vontade dentro da mesma. Houve avanço na pintura, de riscos e rabiscos, já há uma noção de pintura, tentando pintar cada coisa de uma cor e tentando cada vez mais seguir as linhas de desenhos. O mesmo já está copiando frases, algumas letras ainda são “engolidas”, e a letra ainda precisa ser melhorada, porém já deu o primeiro passo para tirar copiar as palavrinhas diretamente da lousa, e alcançar cada vez mais a inclusão dentro da sala de aula.

O aluno já concluiu o reconhecimento de todo alfabeto em libras e na escrita através de livros e materiais adaptados. A entrada da educação física na grade curricular também ajudou muito na socialização, apesar de não sofrer adaptações por parte do professor.

O descobrimento das cores, dos animais, e alguns objetos sempre são passados no dia a dia, e o aluno vem associando lentamente os sinais de cada coisa. Porém a matemática ainda consta dificuldade em aprendizado, que remete não somente a identificação dos números, mais a associação entre números e quantidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado consta-se que a inclusão social, mesmo diante de leis que auxiliem no seu desenvolvimento, está longe de cumprir o verdadeiro sentido, a começar da família, perpassando pela escola e sociedade.

Essa constatação também ficou clara a partir de relatos feitos pela equipe de direção, que ficou com receio de nunca ter trabalhado com educação especial, por conta da não preparação para esse trabalho com um aluno especial. Além disso a equipe escolar alegou ter uma dificuldade na internalização completa do conceito de inclusão.

O que de certa forma realmente acontece e acaba se tornando um erro recorrente trabalhar educação inclusiva, onde não há preparo algum dos profissionais que irão recebê-los na escola, modo de tratar, de agir. Como a própria professora da turma evidenciou, é desesperador, não está preparada para se comunicar e a inclusão começa a se tornar pressão e imposição, o que dificulta o trabalho e desmistifica o verdadeiro significado.

Por outro lado, isso também acontece de forma imperceptível quando se formula alguns eventos que estabelece diferenciações plausíveis entre a educação especial e a convencional. Caso de gincanas inclusivas por exemplo. Apesar de ser uma boa ideia e obter um ótimo desenvolvimento, acaba não cumprindo verdadeiramente com inclusão.

Outra situação constatada na escola do aluno objeto de estudo foi a ausência de momentos que propiciem para o educando com necessidade especial a vivência na participação de mais atividades inclusivas tanto nas gincana e eventos realizados como na própria sala de aula.

Outra falha que vem do próprio sistema educacional municipal no que se refere a educação inclusiva é de não fornecer materiais adaptados suficientes para os alunos com necessidades especiais. Nem jogos lúdicos, nem livros adaptados, dificultando ainda mais não só o planejamento do professor como do próprio intérprete em criar meios de adaptar os livros e materiais para desenvolvimento.

Assim foi verificado pela professora e intérprete a necessidade de adaptar alguns elementos dos livros para que os mesmos obtivessem entusiasmo para realização das tarefas. Havia também materiais lúdicos ofertados pelo sistema IAB como alfabetos em forma de cartilhas para serem coladas na sala e alfabeto móvel para incentivar o lúdico. Os mesmos por

sua vez tiveram que ser adaptados através das letras libras para incluir o aluno em sala de aula.

Outro ponto do próprio sistema educacional está relacionado às provas de desempenho realizadas pela administração. O aluno com deficiência praticamente é excluído, pois apesar de pertencer à sala de aula, ou melhor, a escola, não há maneiras adaptadas para realizar a prova com os mesmos. Novamente ficando a mercê da professora de sala e intérprete a criação de uma prova adaptada e às vezes somente adaptações da prova existente. O que o deixa sempre sem nota e não é verificada a verdadeira evolução do aluno, pois não há meio de avaliação, feita pela administração para as adaptações realizadas.

É também válido lembrar que o envolvimento da família também está incluída na base educacional de toda e qualquer criança. Infelizmente o aluno JVMD não tinha uma base familiar adequada, onde apenas a mãe do aluno se preocupava com ele e de forma bem equivocada.

Quanto ao desenvolvimento do aluno, mesmo com algumas ausências em sala de aula para ir as consultas médicas pode-se afirmar que houve um significativo desenvolvimento na sua aprendizagem com a realização das atividades desenvolvidas por meio de variados recursos didáticos. O aluno que apresentava alguns traços de agressividade e determinadas manias como: fechava os olhos, cobria as mãos, o que trazia dificuldade em socialização, hoje se socializa muito bem, e demonstra interesse em aprender novos sinais, novas coisas e interagir com a professora e colegas. No decorrer do desenvolvimento das atividades realizadas foi percebida as mudanças de hábitos em sala de aula. O aluno tornou-se mais participativo e menos rebelde, querendo participar de atividades de quadro se atentando às letras que foram escritas e tentando fazê-las em libras e atividades lúdicas.

Vale destacar também o papel da professora em sala de aula, que foi fundamental para incorporar não somente as adaptações nos cartazes em sala de aula, mais em todas as atividades lúdicas- que eram pensadas antes de ser desenvolvidas e sempre com pensamento em diferentes meios para chegar ao aluno e transmitir conhecimento.

Assim os recursos didáticos utilizados alcançaram os objetivos, mesmo diante de tantos obstáculos para confeccioná-los, o aluno teve boa aceitação evoluindo a cada atividade.

Conclui-se que a insistência e perseverança na busca contínua de recursos didáticos que auxiliem no desenvolvimento de alunos com necessidades especiais é tarefa árdua, mas que vale todo o esforço realizado quando se constata os resultados alcançados. No entanto cabe destacar que muitos colegas professores não estão dispostos a realizar esses esforços. Um outro ponto também a destacar é que não é preciso somente existir leis, não somente ter

funcionários capazes trabalhando e professores em sala de aula, mas que haja uma cooperação e interação para que o desenvolvimento aconteça de forma verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da Republica federativa do Brasil. Brasília. Presidência da República, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184^º da Independência e 117^º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 21 abr 2018

BRASIL. **lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, em, 14 de dezembro 1962, 141^º da Independência e 74^º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 21 abr 2018

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1^º e 2^º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 21 abr 2018

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 24 de abril de 2002; 181^º da Independência e 114^º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 21 abr 2018

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília, 1^º de setembro de 2010; 189^º da Independência e 122^º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm>. Acesso em: 21 abr 2018

CORRENT, Nikolas .**DA ANTIGUIDADE A CONTEMPORANEIDADE: A DEFICIÊNCIA E SUAS CONCEPÇÕES** . 2015. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/nikolas_corrent_educacao_especial.pdf> acesso em : 23 abr 2018.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton; MENEZES, Maria Christine Berdusco. **INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: contribuições ao professor do Ensino Regular.** Disponível em:<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>> Acesso em: 25 abr 2018

STAUB, Ana Lúcia Portella . **PEDAGOGIA E DIDÁTICA: teoria da aprendizagem.** 2008, Disponível em:< <http://pedagogiadidatica.blogspot.com.br/2008/11/teorias-da-aprendizagem.html>> Acesso em: 19 set 2016.

GOMES, Claudia; RODRIGUES, Paloma Roberta Euzébio. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PROBLEMATIZANDO A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA.** In: EDUCERE. Formação de professores , complexidade e trabalho docente; 2015. Disponível em:< http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19827_9651.pdf> Acesso em: 10 maio. 2018

HELENO, S. **Ecos Deodorenses.** 2009.

IBGE 2010.
<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Especial. Educação inclusiva: a Família. Org.: ARANHA Maria Salete Fábio. Brasília, Ministério da educação, 2004 . Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/afamilia.pdf>> Acesso em 10 de mai 2018.

PEREIRA, Aline Grazielle Santos Soares; SANTANA , Crislayne Lima ; SANTANA, Cristiano Lima . **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS** . 2012 anais. 3 simposio: disponível em:< <http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-010-021.pdf>. Acesso em 23 abr 2018.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. **O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.** Ensaios Pedagógicos, v.7, n.2, Jul/Dez 2017 . Disponível em<<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf> > Acesso em: 25 abr 2018

SABANAI, Lúcia Nokito. **A EVOLUÇÃO DA COMUNICAÇÃO ENTRE E COM SURDOS NO BRASIL.** Revista Helb. Brasília, Ano 1- nº 1, 2007. Disponível em:< <http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-1-no-1-12007/92-a-evolucao-da-comunicacao-entre-e-com-surdos-no-brasil>> Acesso em: 23 abr 2018.

TENÓRIO, Douglas Apattos; CAMPOS, Rochana; PÉRICLES, Cícero. **Enciclopédia dos Municípios de Alagoas.** 2ª ed.(revisada e atualizada), Maceió: Instituto Arnon de Melo, 2006. (p.12- 19)

UNESCO. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E ENQUADRAMENTO DA ACCÃO.** Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994.

XAVIER, Amanda Vanessa de Oliveira. **A Inclusão da Pessoa com Deficiência na Escola Regular.** 2012 Mato grosso do sul. Disponível em: <http://www.arcos.org.br/artigos/a-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia-na-escola-regular/>.

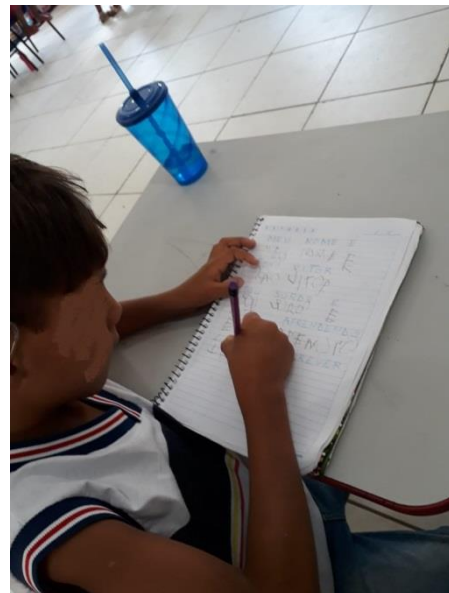
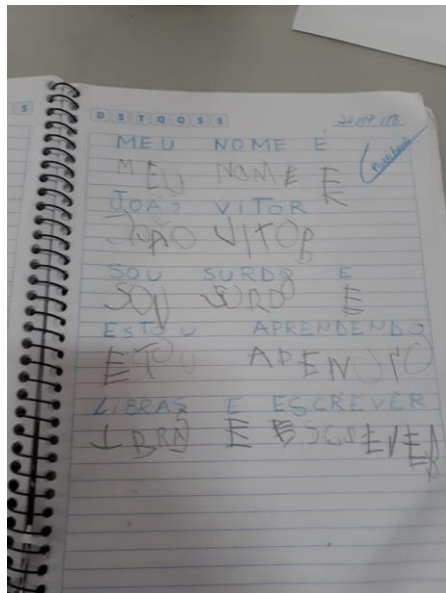
Anexo

1- Desenvolvimento da pintura



Fonte: autora

2- Desenvolvimento da escrita



Fonte: autora